



Paisagem linguística de Timor-Leste: multilinguismo e política linguística

Timor-Leste linguistic landscape: multilingualism and language policy

*Davi Borges de ALBUQUERQUE**

*Nuno Carlos ALMEIDA***

RESUMO: A Constituição da República Democrática de Timor-Leste estabelece o português e o tétum como línguas oficiais, reconhecendo o inglês e o indonésio apenas como línguas de trabalho e determinando o estudo e a preservação das diversas línguas nacionais. Através da análise de um recorte da paisagem linguística da capital, Díli, este estudo oferece uma perspectiva sobre a representação e distribuição das várias línguas naquela paisagem, enquadrada por uma breve contextualização em termos de política linguística, na tentativa de apurar se existe predominância de alguma(s) língua(s) sobre as outras, de verificar a visibilidade das línguas nacionais e de averiguar se há lugar a outras línguas distintas das nacionais, das oficiais e das de trabalho. Ademais, será feita a comparação dos resultados agora obtidos com aqueles apresentados noutros estudos sobre a mesma temática, naquele mesmo contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem linguística. Timor-Leste. Multilinguismo. Política Linguística.

ABSTRACT: The Constitution of the Democratic Republic of Timor-Leste establishes Portuguese and Tetum as official languages, while acknowledging English and Indonesian as working languages and endorsing the study and preservation of the various national languages. By examining one fragment of Dili's linguistic landscape, the capital city, this study offers a perspective on the representation and distribution of the various languages in that landscape, as well as some notes on language policy, its purpose being to ascertain whether some languages are dominant over the others, to check the visibility of national languages and to find out if there is room for further languages other than national, official and working languages. The results now obtained are also compared with those presented by other studies on the same subject, concerning that same context.

KEYWORDS: Linguistic Landscape. Timor-Leste. Multilingualism. Language Policy.

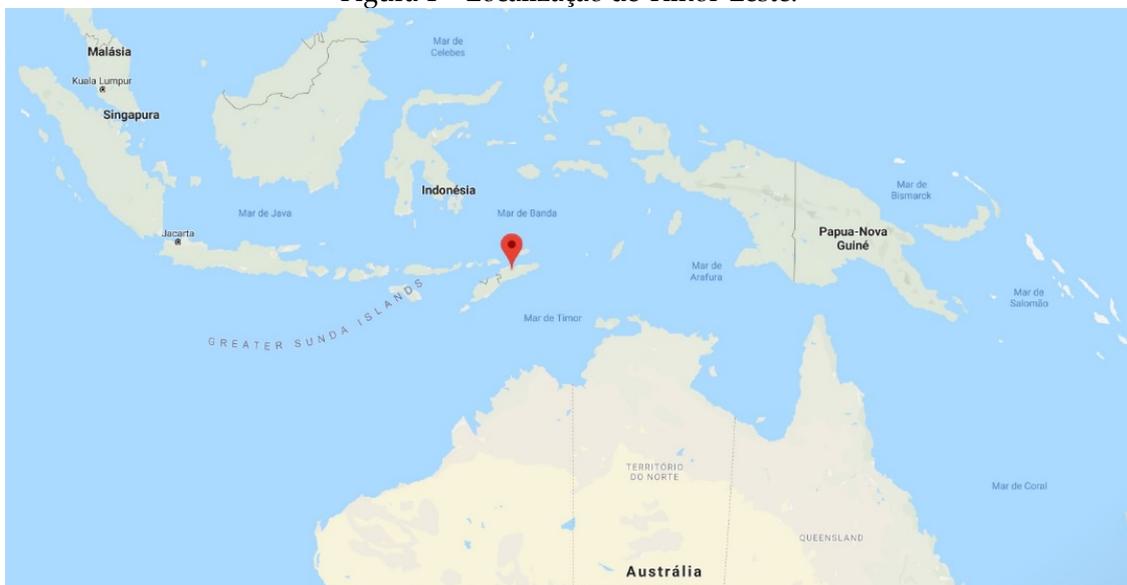
* Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1941-6925>. albuquerque07@gmail.com.

** Mestre em Língua e Cultura Portuguesa, especializado em Metodologia do Ensino do Português (LE/L2), pela Universidade de Lisboa. nncalmeida@gmail.com.

1 Introdução

Timor-Leste, oficialmente denominado República Democrática de Timor-Leste, é um país recente cujo território consiste na parte oriental duma pequena ilha localizada no extremo sudeste asiático e próximo ao norte da Austrália, sendo que a parte oeste da ilha integra o território da Indonésia, o único país com que Timor-Leste faz fronteira física.

Figura 1 – Localização de Timor-Leste.



Fonte: Google Maps.

O país teve a sua independência reconhecida internacionalmente somente em 20 de maio de 2002. Durante duas décadas, o Timor sofreu com a dominação indonésia, iniciada em 1975 e concluída em 1999. Entre os anos 1999 e 2002, esteve sob administração provisória da ONU (Organizações das Nações Unidas), no âmbito da UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor*).

Timor-Leste apresenta um complexo mosaico linguístico, com duas línguas oficiais (LO), o português e o tétum. Duas línguas reconhecidas como línguas de trabalho, o inglês e o indonésio, às quais se juntam a uma série de línguas autóctones, consideradas nacionais. Ainda que com menor expressão, há que referir, de acordo

com Soares (2019), a existência de outras línguas exógenas, como o hakka, o mandarim e o cantonês, cuja presença se deve à origem da comunidade que a fala, ou mesmo o castelhano, que se explica mormente pela cooperação internacional com Cuba, nomeadamente ao nível da alfabetização e da formação acadêmica¹.

Sobre a paisagem linguística de Timor-Leste, nossas perguntas de pesquisa, são as seguintes:

- 1 – Como estão representadas/ distribuídas as línguas oficiais e as línguas de trabalho?
- 2 – Há predominância de alguma delas?
- 3 – Há espaço de uso/representação de outras línguas nacionais que não o tétum?
- 4 – Há outras línguas representadas distintas das locais, das oficiais e das de trabalho?

Digno de nota é que as pesquisas sobre as paisagens linguísticas nos países lusófonos ainda são poucas, concentrando-se nos seguintes temas: (i) colônias de imigrantes, por exemplo, o estudo da presença do alemão na paisagem linguística no interior do Paraná (VECCHIA; JUNG, 2016) ou o emprego do alemão e italiano (BORN, 2004); (ii) zonas fronteiriças, como o estudo sobre Foz de Iguaçu (DA SILVA; PIRES SANTOS; JUNG, 2016), ou algumas cidades específicas, como a paisagem linguística de São Paulo (TEIS; SEIDE; LUCAS, 2018), para o Brasil; (iii) influências do turismo no Algarve, entre elas, a pesquisa de Torkington (2016), em Portugal; (iv) a situação da política linguística e do multilinguismo em Díli (TAYLOR-LEECH, 2012; MACALISTER, 2013; SOARES, 2019), em Timor-Leste. Não encontramos pesquisas significativas sobre os demais países lusófonos, no entanto, enfatizamos que tanto

¹ Agradecemos à prof.^a Lúcia V. Soares (Instituto Politécnico de Lisboa) por fornecer algumas informações importantes sobre a situação do multilinguismo em Timor-Leste, com base em algumas entrevistas por ela conduzidas no país.

esses países ainda não pesquisados (Angola, Moçambique, entre outros), quanto o Brasil, Portugal e Timor-Leste apresentam um campo deveras próspero para a investigação das paisagens linguísticas, o que se deve a fatores como a variação linguística, o multilinguismo, as peculiaridades sócio-históricas de cada país, as políticas e planejamentos linguísticos diversificados, bem como aspectos socioculturais distintos dentro de cada território². Nesse contexto, destaca-se o Brasil pela superior extensão de seu território e o grande número de cidades e estados.

No presente artigo, analisamos a paisagem linguística de uma zona da capital de Timor-Leste, privilegiando principalmente questões de política linguística e multilinguismo. Assim, em (2), fazemos um breve enquadramento das línguas e da política linguística em Timor-Leste; em (3), apresentamos os pressupostos teóricos dos estudos sobre paisagem linguística; em (4), descrevemos a metodologia utilizada neste trabalho; em (5), expomos as análises e discutimos os resultados; e em (6), estão as considerações finais.

2 Notas sobre as línguas e a política linguística em Timor-Leste

Na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, que data também do ano de 2002, a língua portuguesa e a língua tétum (na variedade tétum-praça) são instituídas como LO do país (art.º 13.º, n.º 1), enquanto a língua inglesa e a língua indonésia são aceitas como línguas de trabalho (art.º 159.º). Há ainda uma referência genérica à valorização e ao desenvolvimento das línguas nacionais (art.º 13.º, n.º 2)³.

² Optamos por manter a diferenciação entre política e planejamento linguísticos, como proposto em Calvet (2002), por vários fatores: essa distinção é usada e desenvolvida nos estudos sobre paisagem linguística, como em Ben-Rafael (2009) e demais pesquisadores; é importante para analisar como as decisões oficiais são colocadas em prática ou não pelos atores/falantes das línguas; para se verificar como as práticas dos atores/ falantes são aprimoradas (ou abandonadas) em relação com as decisões oficiais.

³ Excluimos conscientemente destas notas a política linguística no domínio da educação, apesar de o reconhecermos como o mais determinante para a efetivação de uma política linguística nacional. Porém,

Ao contrário do que se possa pensar, não foi em razão do elevado número de falantes de português que esta língua foi eleita como a oficial. Apesar de a geração mais velha, no momento da independência, ter sido escolarizada em língua portuguesa, eram muito poucos os que a usavam. Situação para a qual contribuiu significativamente o período de administração indonésia, uma vez que falar português poderia, naquele momento, inclusive, significar a morte. Com efeito, o estatuto atual do português deve-se muito mais ao fato de ter ficado ao longo dos tempos, fortemente ligado à vontade de afirmação identitária dos leste-timorenses e ao próprio desenvolvimento do tétum do que à sua grande difusão pelo território⁴.

Esta foi uma opção consciente. Prova disso é o fato de acompanhar explicitamente parte da ação legislativa. Por exemplo, a Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, de 3 de novembro, sobre o uso das LO, refere-se ao português como um “elemento diferenciador para a afirmação do Estado e para a sua projeção externa, constituindo também um fator crucial para o desenvolvimento da língua tétum”. Também a este propósito, observa-se a seguinte passagem, no preâmbulo da Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011, de 7 de setembro, sobre a importância da promoção e do ensino nas LO para a unidade e coesão nacionais e para a consolidação de uma identidade própria e original no mundo:

[O] desafio, consagrado constitucionalmente em 2002, de adotar o tétum e o português como línguas oficiais, apesar de o tétum ter sido até então uma língua franca sobretudo falada e de o português ter sido entretanto reduzido a 5% da população, não foi mais do que o corolário da consolidação da identidade cultural e política de Timor-Leste, antes e durante a ocupação, e da sua afirmação pela diferença, que sempre existiu, em relação à outra metade da ilha e às ilhas vizinhas.

dado o objeto do presente estudo e a dimensão do texto, cingimo-nos aos que mais diretamente se relacionam com a paisagem linguística. O trabalho de Soares (2019) é um bom ponto de partida para se ter uma perspectiva sobre o contexto educativo, onde se nota “uma certa errância na política linguística educativa” (p. 94).

⁴ Sobre a evolução da presença do português em Timor-Leste e as motivações para a sua escolha como língua oficial, ver Almeida (2011, p. 23-36).

Digno de nota é que todo o processo de escolha de uma língua e a adoção de uma política linguística específica, bem como a formação de uma identidade nacional relacionada a tal política são sempre guiados por alguma ideologia, conforme nos mostra Blommaert (2006). É importante deixar claro tal fato por causa das consequências positivas (economia, relações internacionais amistosas, apoios, proximidades educacionais e culturais etc.) e negativas (exclusão, silenciamento, desvalorização e extinção linguística, reificação dos indivíduos etc.) que advêm desse processo⁵. Como o objetivo do presente artigo não é discutir tais aspectos da política linguística, no decorrer deste trabalho, faremos apenas algumas observações breves.

Essa afirmação identitária, original no mundo, passa também pela manutenção de “laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa”, conforme estabelecido no n.º 3 do art.º 8.º da Constituição. A despeito do tétum que mais naturalmente poderia ascender ao estatuto de LO, uma vez que se trata de uma língua nativa, possui um grande número de falantes, não pertence a nenhum grupo étnico específico necessariamente, é a língua falada na região de Díli, capital do país, e tem servido de língua franca na comunicação entre as diversas comunidades linguísticas nacionais historicamente. Esta afirmação identitária original no mundo passa também pela manutenção de “laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa”, conforme estabelecido no n.º 3 do art.º 8.º da Constituição.

O tétum, por possuir grande número de falantes, não pertencendo necessariamente a nenhum grupo étnico específico, por ser a língua falada na região de Díli, a capital do país, e a que historicamente tem servido de língua franca na comunicação entre as diversas comunidades linguísticas nacionais, era a que, dentre as línguas nativas, mais naturalmente poderia ascender ao estatuto de LO. De acordo

⁵ Agradecemos a um parecerista anônimo que nos forneceu comentários pertinentes a respeito das questões de ideologia e identidade em política linguística.

com o disposto no n.º 2 do art.º 2.º do Decreto do Governo n.º 1/2004, de 14 de abril, que aprova o padrão ortográfico desta língua, “a variedade do Tétum afirmada como língua oficial e nacional é o Tétum Oficial, uma forma literária moderna do vernáculo mais comum no país, baseado no Tétum-Praça”. O mesmo texto legal explica ainda, no seu preâmbulo, que esta língua “é essencial na construção da Nação e na afirmação da identidade timorense, por isso mesmo, a sua utilização constitui imperativo constitucional”⁶.

Vale lembrar que a língua tétum, uma das 16 línguas nativas de Timor-Leste, é de origem austronésia (HULL, 2001a; ALBUQUERQUE, 2009, 2011)⁷. As demais línguas nativas de Timor-Leste são de origem austronésia ou papuásica e possuem o estatuto de língua materna dos diferentes distritos do país.

Apesar de terem sido contempladas no artigo 13.º da Constituição, que decreta a sua valorização e desenvolvimento pelo Estado, pode dizer-se que estas línguas nativas leste-timorenses têm ficado à margem no processo de desenvolvimento do país. A comprovação está no fato dessas mesmas línguas serem praticamente ignoradas na legislação que vem dando corpo à política linguística nacional.

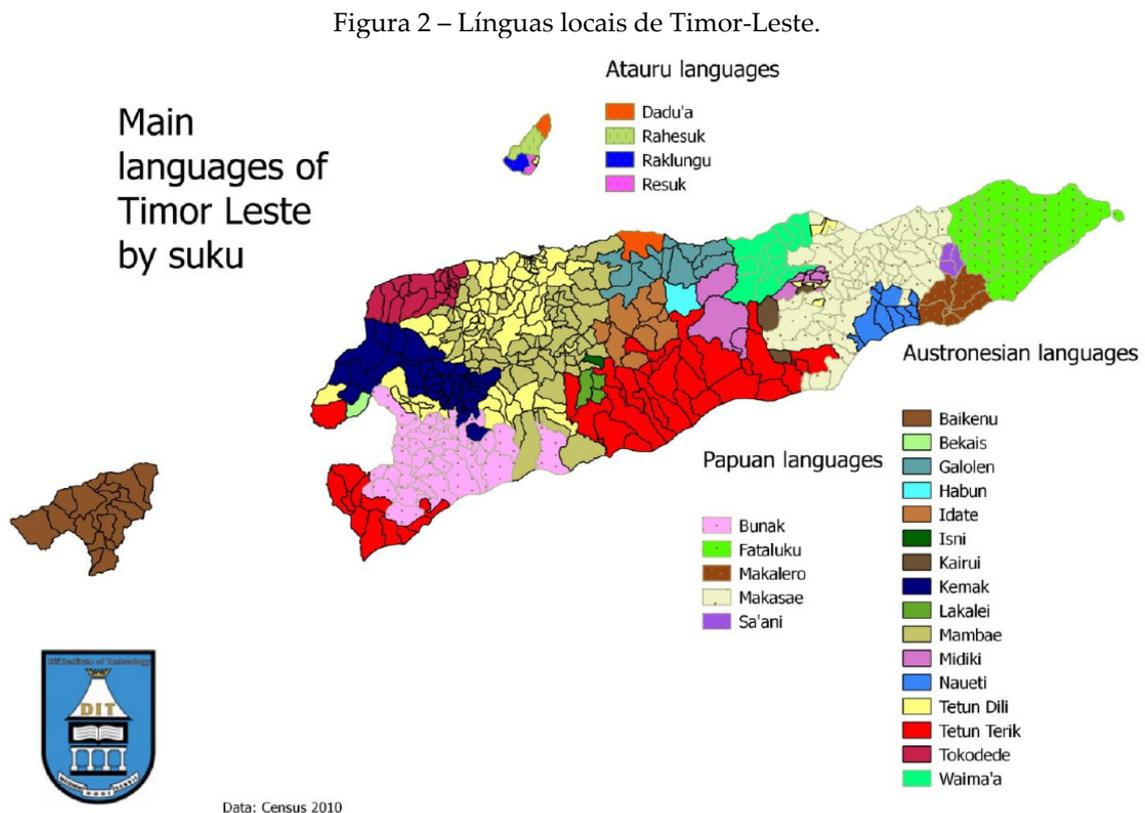
De fato, a questão das línguas nacionais quase não tem expressão, resumindo-se a umas escassas referências integradas em legislação sobre outras matérias. Exemplo disso é o que acontece no já citado Decreto do Governo n.º 1/2004, de 14 de abril, cujo objeto não são as línguas nacionais mas a regulação do padrão ortográfico da língua tétum, o estabelecimento do “Tétum Oficial” e a definição do papel do

⁶ A respeito dos argumentos históricos, linguísticos, culturais, sociais e políticos que justificam a escolha do Tétum-Praça, ver Thomaz (1981, 2002), Hull (2001b) e Albuquerque (2009, 2011).

⁷ Os linguistas ainda não estão de acordo quanto ao número exato de línguas faladas em Timor-Leste. Adotamos este por ser o número mais aceito na comunidade científica, sendo questionado por poucos. A figura 2, baseada no censo de 2010 e retirada de um estudo recente de Williams-van Klinken e Williams (2015), exemplifica bem a disparidade de critérios no que se refere ao número de línguas nacionais, sendo contabilizadas mais de duas dezenas. Não cabe aqui um maior desenvolvimento desta temática, dado que foge do escopo do presente texto debater questões de linguística histórica ou dialetologia de Timor-Leste.

Instituto Nacional de Linguística (INL). Neste decreto, há somente duas referências às línguas nacionais, atribuindo ao INL a responsabilidade de as estudar e preservar (art.º 4º).

Segue a distribuição das línguas locais pelo território do país no mapa da fig. 2, o qual ilustra bem a diversidade linguística de Timor-Leste:



Fonte: Williams-van Klinken e Rob Williams (2015, p. 2).

Vale salientar que o indonésio foi admitido como língua de trabalho para não excluir a geração mais nova, a qual foi educada sob o jugo indonésio, trazendo consigo, portanto, toda a herança cultural desse povo. Já a língua inglesa, para além de se justificar atualmente pelos interesses globais e econômicos e pela presença de um vizinho anglófono importante - a Austrália, teve um papel relevante: quer durante o período de transição quer durante os anos que se lhe seguiram. Recorde-se ainda que, desde 1999, Timor-Leste foi apoiado por cinco missões de paz da ONU consecutivas,

a última das quais, a UNMIT (*United Nations Integrated Mission in Timor-Leste*), terminou no final de dezembro de 2012. Tal situação implicou a permanência no país de um grande número de estrangeiros que, durante mais de uma década, fizeram do inglês um veículo de comunicação hegemónico, tanto no plano administrativo quanto no âmbito da cooperação internacional. Contudo, Vasconcelos (2011, p. 62) sublinha o seguinte, na anotação ao art.º 159.º da Constituição:

A língua indonésia e a língua inglesa são admitidas como línguas de trabalho “a par das línguas oficiais”, o que significa que está **vedada a substituição das línguas oficiais por estas línguas de trabalho**, apenas se admitindo a sua utilização em paralelo com o tétum e o português (VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 496)⁸.

Com efeito, no plano oficial, determinado por ação legislativa, o português e o tétum são, de longe, as línguas mais destacadas, como aliás não poderia deixar de ser, já que são as que apresentam um status privilegiado na história de Timor, bem como na política linguística da atualidade. O Decreto-Lei n.º 32/2008, de 27 de agosto, que aprova o procedimento administrativo, decreta que “os órgãos da administração pública, no exercício da sua atividade, devem usar língua oficial” (art.º 4.º). No mesmo sentido, a Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, de 3 de novembro, sobre o uso das LO, reflete não só a necessidade de uma “efetiva política bilíngue na administração pública”, recomendando o uso das LO em todos os domínios de atuação e em todos os atos da administração pública, como também a ambição de “disseminação do tétum e do português em todas as áreas da vida social, desde a educação à administração, no âmbito público e no âmbito privado”. Não obstante, muito embora em termos oficiais o seu estatuto oficial seja equivalente, verifica-se a existência de uma certa proeminência da língua portuguesa relativamente à outra língua cooficial.

⁸ Destaque nosso.

Todavia, não deixa de ser significativo (pelo fato de oficializar uma dominação linguística do português) que, além de regular a publicação dos atos e criar o *Jornal da República Democrática de Timor-Leste*, a primeira lei do Parlamento de Timor-Leste (a Lei n.º 1/2002, de 7 de agosto) determine o seguinte em seu art.º 3.º (Publicação nas línguas oficiais)

1. O Jornal da República é publicado em ambas as línguas oficiais.
2. As versões em português e em tétum são publicadas lado a lado, ocupando a primeira o lado esquerdo.
3. Em caso de divergência entre ambos os textos, **prevalecerá o texto em língua portuguesa.**⁹

De fato, ainda em 2010, de um modo geral, no sistema de justiça, responsável pela aplicação das leis, constatava-se que “o português tem desempenhado um papel dominante” e que “as oportunidades para quem fala apenas tétum [e não português] são, obviamente, mais reduzidas, visto que a maioria das leis, materiais de formação e formadores são portugueses” (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, 2010, p. 29).

Para mitigar esta desvantagem de uma LO em relação a outra, o mesmo Plano Estratégico para o Sector da Justiça entre 2011 e 2030 estabelece, entre outras, a meta de melhoria em termos de disponibilização dos serviços de justiça e da consciencialização e confiança do público no sistema de justiça, para a qual prevê, como estratégia, a implementação da “política de línguas do Governo no sector da justiça, para facilitar a disponibilização e o acesso aos serviços de justiça”. Para tal, preconiza-se o desenvolvimento de diversas atividades que promovam o equilíbrio de ambas as LO, como a formação dos agentes do sector, a produção e tradução de

⁹ Destaque nosso.

documentos ou o desenvolvimento de um dicionário jurídico. Esse último pressupõe o desenvolvimento do *tétum jurídico*.¹⁰

Entretanto, já em 2017, no processo de prossecução destes objetivos estratégicos, foi publicado o Decreto-Lei n.º 11/2017, de 29 de março, que aprova o regime de utilização das línguas oficiais no setor da justiça, cujo princípio geral (art.º 3.º) determina que ambas as LO “têm igual dignidade e são ambas meio de expressão válido de quaisquer atos no âmbito do sector da justiça”. Contudo, esta igualdade de estatuto “é efetivada de forma gradual e progressiva, de harmonia com as condições existentes para o efeito”. Uma dessas condições é a capacitação da língua *tétum* para acompanhar o português nessa função. Nesse sentido, este diploma legal dedica um capítulo (cap. IV) ao desenvolvimento do *tétum jurídico*, criando inclusivamente, no art.º 14.º, o Conselho Especializado para o Desenvolvimento do *Tétum Jurídico*. Posto isto, verifica-se que a língua *tétum* continua de certo modo diminuída em relação ao português, sendo-lhe reconhecidas fragilidades enquanto LO.

Para um enquadramento mais específico da paisagem linguística, pesquisamos a legislação com referência à questão da língua na sinalização pública, que, note-se, não é abundante.

Apesar de não ser esta a sua questão central, o Decreto do Governo n.º 1/2004, de 14 de abril, no seu art.º 3.º, refere-se a ela nos seguintes termos, em sintonia com a Constituição:

2. Deve ser dada prioridade ao uso do *tétum* oficial e do português na iconografia e sinalização públicas.
3. O inglês e o malaio indonésio como simples línguas de trabalho, não devem ser utilizados na iconografia e sinalização públicas a menos que acompanhados de textos em *tétum* e português com visível proeminência.

¹⁰ Cf. Meta 11 e Estratégia 11.6, constantes nas “Estratégias, objetivos e atividades principais” (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, 2010, p. 86-90).

Em 2015, com o objetivo de aprovar uma lista de topónimos para a cidade de Díli, a Resolução do Governo n.º 42/2015, de 18 de novembro, estabelece uma série de critérios, de entre os quais vale a pena observar, visto que implicam na língua em uso, os seguintes:

- I. Os nomes das avenidas e das ruas devem estar ligados, tanto quanto possível, com os locais por que são conhecidos os arruamentos.
- II. As avenidas e ruas principais da cidade de Díli devem evocar, tanto quanto possível, as figuras de relevo nacional [...].
- III. As avenidas e ruas podem adotar os nomes de datas de acontecimentos de relevo nacional para serem recordados pelas gerações futuras.
- V. Os nomes das avenidas e ruas podem adotar os nomes de países e cidades estrangeiras [...].
- VIII. Os estrangeirismos e/ou palavras **estrangeiras** só são admitidos quando a sua utilização se revelar absolutamente indispensável.

O destaque gráfico (nosso) neste último critério serve o propósito de retomar aqui momentaneamente a questão do valor identitário do português para notar que, se esta língua é usada na identificação dos arruamentos e logradouros, como veremos adiante, a formulação do critério VIII, ao não admitir palavras “estrangeiras”, implica também a leitura de que a língua portuguesa não é estrangeira, é de Timor-Leste.

A mesma resolução determina, por um lado, a evocação de circunstâncias, figuras ou realidades de expressão municipal como critérios para a toponímia das travessas e becos; e, por outro, a ligação com os locais pelos quais são conhecidos, tendo em vista agrotopônimos, antropônimos, arqueotopônimos, axiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos e hagiopônimos.

A nosso ver, consideramos essa resolução um avanço positivo da política linguística de Timor-Leste ao dar lugar ao Tétum-Praça e aos aspectos culturais da sociedade leste-timorense, conforme mencionado anteriormente. Temos noção, ainda, de que as demais línguas locais não possuem lugar em tal política, mas a garantia dos elementos locais é significativa.

3 Pressupostos teóricos

Os estudos de paisagem linguística são definidos como a análise das línguas utilizadas em placas de trânsito, de ruas, de propagandas, de estabelecimentos comerciais e de prédios oficiais num dado território, sendo que as funções de tais estudos são de natureza informativa e simbólica (LANDRY; BOURHIS, 1997).

A abordagem de Landry e Bourhis (1997) é considerada a melhor para esse tipo de análise. Segundo Ben-Rafael *et al.* (2006), quando comparada com a de Spolsky e Cooper (1991), os referidos autores conseguem ir além da sociolinguística, pois consideraram aspectos mais sociológicos, principalmente no que concerne à relevância dos atores e de seus comportamentos esboçados nas placas de um determinado espaço urbano.

Gorter (2013) expandiu a definição de Landry e Bourhis (1997) para abarcar os demais tipos de placas, bem como as mais atuais, como painéis, *banners* e outros anúncios digitais e/ou interativos. Nesse contexto, Sebba (2010) propõe todo tipo de placa dinâmica ou ambulante, placas de protestos, anúncios em ônibus, podendo incluir-se homens-placa e *pixmen*. Para finalizar os aspectos teóricos mais relevantes para a definição de *paisagem linguística*, alguns pesquisadores, como Shohamy e Waksman (2009), decidiram-se por inserir na pesquisa o modo como as pessoas interagem com as placas.

Para o estudo dos atores e suas ações nas paisagens linguísticas, Ben-Rafael *et al.* (2006, p. 9) sugerem a adoção de três hipóteses sociológicas: a de Bourdieu (1989, 1996, 2007), que afirma que a realidade social é composta por campos de fatos sociais interconectados que interagem entre si por uma dinâmica desigual de poder; a de Goffman (1981, 2010) que analisa a ação social como uma apresentação do Eu por parte desses atores, e que é realizada a partir de reflexões e pensamentos antes de efetuar o comportamento; e, por fim a de Boudon (1990) que, de maneira semelhante a Goffman

(1981, 2010), lança a hipótese de que a ação social se inicia com escolhas racionais feita pelos atores diante das alternativas a eles apresentadas.

Em outros termos, a adoção do ‘olhar’ sociológico permite, conforme a perspectiva de Ben-Rafael *et al.* (2006), vislumbrar, nas placas espalhadas pela comunidade, as dinâmicas de poder estabelecidas em seu inteiro, seus marcadores de identidade coletiva e os traços dos interesses dos atores.

É importante verificar essas hipóteses nos dados linguísticos, pois elas podem atestar uma das opções para as escolhas linguísticas das interações e até os aspectos semióticos das placas (formato, tamanho, cor, imagens etc.), as quais refletem as dinâmicas de poder; determinam os marcadores de identidade de uma dada comunidade; e possuem traços dos interesses dos atores

Como vimos, o conceito de *paisagem linguística* apresenta diferentes nuances. Neste estudo, assumimos a proposta de Landry e Bourhis (1997) que, por sua vez, também é empregado em publicações importantes, como a de Gorter (2006) e os demais estudos já citados. Na presente análise fazemos uso das variáveis propostas por Ben-Rafael *et al.* (2004, 2006), as quais serão discutidas na seção (4) a seguir.

Ademais, na seção (5), comparamos nossos resultados com aqueles alcançados por duas publicações prévias sobre a paisagem linguística em Timor-Leste: a de Taylor-Leech (2012), que realizou um estudo específico sobre a paisagem em Díli¹¹; Macalister (2013), que debateu as relações entre política e paisagem linguística; e Soares (2019), que se dedicou ao estudo da educação e do multilinguismo em Timor-Leste, tecendo algumas observações sobre as línguas utilizadas em diversos gêneros e suportes textuais, como convites, programas, faturas, publicidade, sínteses de filmes ou letreiros públicos.

¹¹ Recentemente, Taylor-Leech (2020) publicou um artigo específico que analisa a paisagem linguística dos protestos em Timor-Leste em relação ao problema da fronteira Timor-Leste–Austrália no Mar de Timor, empregando conceitos teóricos da paisagem linguística, da semiótica e de cronotopos.

4 Metodologia

A metodologia empregada aqui se baseia nas já utilizadas em pesquisas anteriores sobre paisagem linguística, a qual consiste, basicamente, em percorrer e fazer o registro fotográfico da paisagem linguística do espaço. Após a coleta, procede-se a uma análise qualitativa/interpretativa do material captado. Considerando o contexto do Timor, primeiro, identificamos, em uma parte do município de Díli, algum equilíbrio entre zonas comerciais e habitacionais, nas quais diferentes tipos de serviços e de instituições são encontrados, juntamente a zonas de lazer. Assim, escolhemos o suco¹² de Motael, que pertence ao posto administrativo de Vera Cruz e agrega as aldeias Bee Dalan, Boa Morena, Halibur, Hura e Lírio, perfazendo uma população de 5039 habitantes¹³.

Levando em consideração as observações metodológicas de Rosenbaum *et al.* (1977) e Cenoz e Gorter (2006, p. 71), realizamos procedimentos similares, pois percorremos a quase totalidade das ruas e travessas de Motael, fazendo o registro fotográfico da paisagem linguística daquela parte da cidade, obtendo um total de 161 fotos digitais.

Para evitar repetições ou dúvidas, consideramos como unidade de análise cada imagem, a qual corresponde a uma unidade de texto (placa, anúncio, letreiro etc.) e assim passaremos a nos referir no decorrer deste trabalho, utilizando os termos específicos somente quando necessário para a análise, ou seja, não faremos referências específicas, ao longo do texto, ao gênero textual e/ou semiótico de cada um dos dados coletados.

¹² Subdivisão administrativa dos distritos de Timor-Leste, grosso modo, é semelhante ao conceito de “bairro”.

¹³ De acordo com *2015 Timor-Leste Population and Housing Census*, disponível em <http://www.statistics.gov.tl/pt/category/publications/census-publications/2015-census-publications/volume-4-suco-reports/1-households-population-by-5-year-age-group/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Figura 3 – Suco de Motael, posto administrativo de Vera Cruz.



Fonte: Google Maps (edição nossa).

Para a análise efetuada, organizamos nossos dados quantitativa e qualitativamente. A análise quantitativa contabiliza as fotos, os textos e as línguas neles utilizadas. A partir disso, calculamos diferentes porcentagens com base em alguns parâmetros qualitativos. Optamos pelo método quantitativo pelos fatos de estarem estabelecidos nas pesquisas sobre paisagens linguísticas, bem como por ser um passo inicial da investigação sobre Timor-Leste, que se encontra ainda recente nessa área.

Em relação aos parâmetros qualitativos, baseamo-nos naqueles apontados por Ben-Rafael *et al.* (2004, 2006): o tipo de placa; o número de línguas nas placas; o parâmetro “de cima para baixo” (ing. *top-down*) e “de baixo para cima” (ing. *bottom-up*), o qual se refere respectivamente às paisagens oficiais (textos governamentais) e não oficiais (textos não governamentais); e, por fim, à fonte empregada para as diferentes línguas.

5 A paisagem linguística de Díli, Timor-Leste

De acordo com o que foi exposto nas seções anteriores, nossa análise está concentrada na observação de placas oficiais e não oficiais da paisagem linguística urbana de uma parte da capital de Timor-Leste, o suco de Motael, do posto administrativo de Vera Cruz.

Vale retomar que realizamos simultaneamente uma análise quantitativa e qualitativa dos dados. Nossa análise qualitativa se baseou em alguns parâmetros propostos por Ben-Rafael *et al.* (2004, 2006), conforme já exposto. Consideramos em nossa análise os seguintes parâmetros: (1) “tipo de paisagem” e – “textos oficiais e não oficiais”, observando os atores, as escolhas, o público e a função ou objetivo de cada item, bem como subdividimos os textos não oficiais em “anúncios comerciais” e “mensagens populares”¹⁴; (2) “número de línguas no texto”, além de contabilizar as ocorrências, verificamos os casos de textos monolíngues e bilíngues, o que norteou as escolhas, o motivo da diferença nas ocorrências e o número irrisório de casos de coocorrência de mais de duas línguas; e, por fim, (3) “fonte empregada para as diferentes línguas”, na qual discutimos as ocorrências bilíngues.

Já na análise quantitativa levamos em consideração esses mesmos parâmetros, separando os registros fotográficos em diferentes tipos e elaboramos gráficos com os números e porcentagens resultantes da função das línguas empregadas, da sua natureza monolíngue ou bilíngue e da diferença entre textos oficiais e não oficiais.

Destacamos na tabela (1) a frequência e as porcentagens dos dados coletados em relação ao tipo de texto. O que avaliamos como “tipo de texto” na paisagem é o número de línguas empregado, sendo que encontramos textos monolíngues, bilíngues

¹⁴ Em nossa pesquisa decidimos por subdividir os textos não oficiais entre “anúncios comerciais” e “mensagens populares” como um procedimento teórico-metodológico, pois pichações, grafites e outro tipo de placas improvisadas, o que chamamos de “mensagens populares”, acabam por receber um tratamento analítico diferenciado nos estudos de paisagem linguística, por isso não trataremos delas em nosso texto, bem como pelo número reduzido encontrado em nossos dados. Enquanto a classificação de “anúncios comerciais” é autoexplicativa, referindo-se a todo tipo de lojas, marcas etc.

e trilingues. A maioria dos dados é monolíngue, enquanto obtemos poucos dados trilingues e nenhum com mais de três línguas no mesmo texto.

Tabela 1 – Tipo de texto em relação ao número de línguas.

<i>Tipo de paisagem</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Monolíngue</i>	91	56%
<i>Bilíngue</i>	62	38%
<i>Trilíngue</i>	8	5%
<i>Total</i>	161	100%

Fonte: dados dos autores.

Na tabela (2), separamos os atores, se os textos são oficiais (governamentais) ou não oficiais. Ademais, em relação aos não oficiais, criamos uma subclassificação para abarcar textos mais formais (marcas conhecidas, multinacionais, entre outras), a qual chamamos de ‘comerciais’, e textos informais, que são constituídos por pichações, pinturas/ avisos improvisados etc., os quais optamos por classificar como ‘populares’.

Tabela 2 – Tipo de texto em relação aos atores.

<i>Tipo de paisagem</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Oficiais</i>	66	41%
<i>Não oficiais</i>	95	59%
<i>(comerciais/ populares)</i>	(89 / 6)	(56% / 3%)
<i>Total</i>	161	100%

Fonte: dados dos autores.

Na fig. (4), elaboramos um gráfico de rosca para tornar mais visível a proporção entre os diferentes tipos de paisagem em relação ao número de línguas:

Figura 4 – Tipos de paisagem.

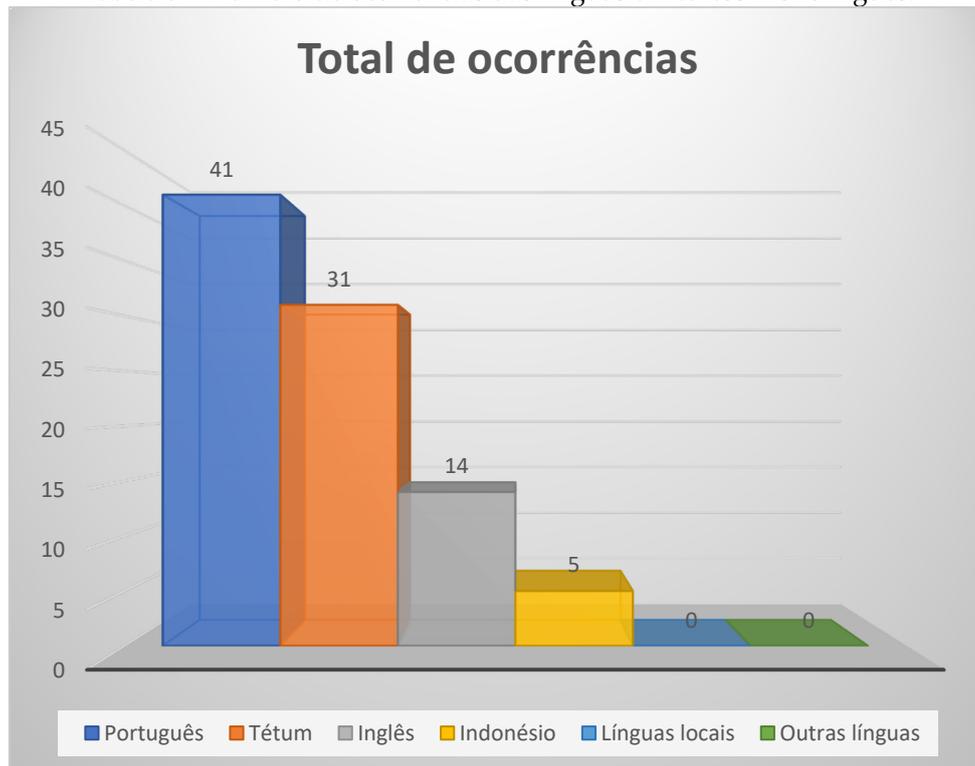


Fonte: dados dos autores.

Após apontarmos os resultados em números, retomamos também as quatro perguntas de pesquisa desta investigação e discutimos os dados a partir delas.

Em relação a nossa primeira pergunta de pesquisa: “Como estão representadas e distribuídas na paisagem linguística as línguas oficiais e as línguas de trabalho?”, percebemos a predominância de ambas as línguas oficiais sobre as línguas de trabalho e demais línguas nativas e estrangeiras, bem como uma ocorrência um pouco maior do português sobre o tétum, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 3 – Número de ocorrências das línguas em textos monolíngues.

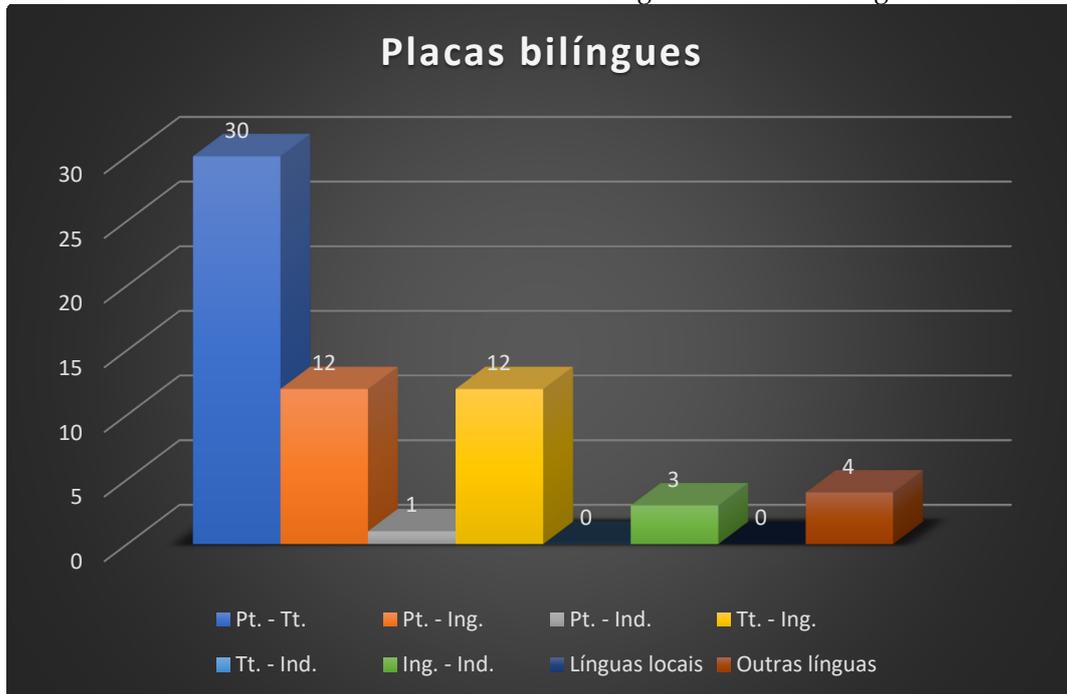


Fonte: dados dos autores.

Esses dados apontam para uma política linguística bem-sucedida, do ponto de vista estritamente político (política linguística oficial), já que na paisagem linguística oficial são empregadas as duas línguas oficiais do país de modo bastante equilibrado. Porém, suas representações e distribuições são distintas tanto na paisagem oficial, quanto nos anúncios comerciais e mensagens populares (não oficiais). Da mesma maneira, o uso dessas línguas no cotidiano e nas interações linguísticas é bem distinto do que os dados sobre a paisagem na capital de Timor-Leste, Díli, apontam. Quanto às línguas oficiais e as línguas oficiais e de trabalho, a distribuição se dá de maneira desigual: na paisagem oficial, maior frequência do português, seguido pelo tétum, com algumas ocorrências do inglês e não se verifica a presença do indonésio.

Contudo, mesmo com a maior ocorrência de português e do tétum, conforme já foi afirmado, a língua portuguesa predomina no cenário oficial tanto em textos monolíngues, quanto em bilíngues, seguido pelo tétum, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 4 – Número de ocorrências das línguas em textos bilíngues.



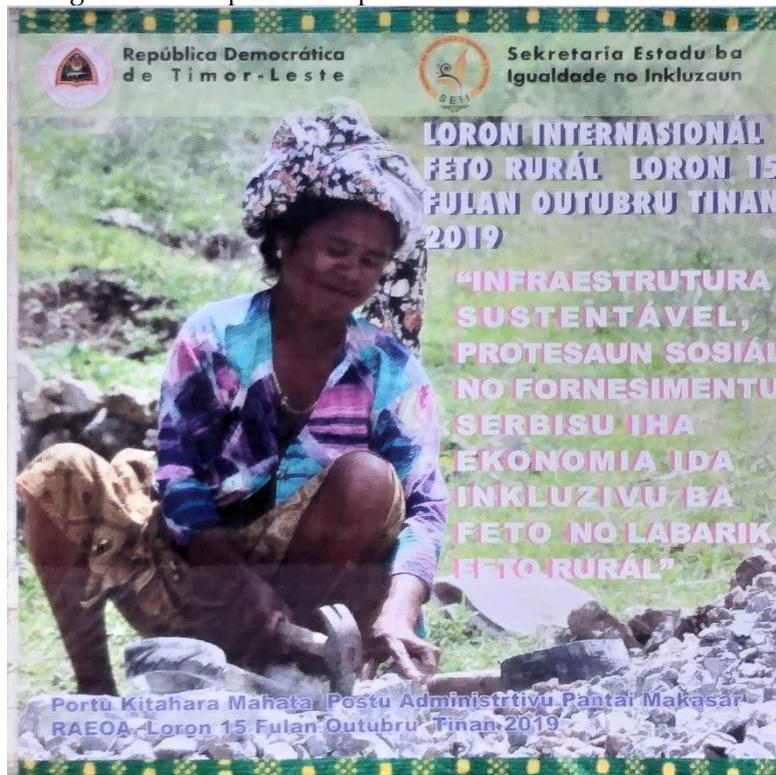
A discrepância entre as línguas oficiais é justificada pelo que aparenta ser a escolha dos atores envolvidos no processo de elaboração e construção da paisagem. Isso fica bem claro quando observamos, na paisagem oficial monolíngue, as funções distintas entre o português e o tétum, tendo em vista os objetivos e o público a ser alcançado. O tétum está limitado, por exemplo, a ocorrências oficiais monolíngues, tais como campanhas e publicidades de apelo popular e/ou cidadãos de baixa renda, como: placas de trânsito, combate a doenças, vacinação, alcoolismo, violência contra mulher, trabalho rural etc. Seguem alguns exemplos encontrados:

Figura 5 – Campanha governamental de saúde.



Fonte: dados dos autores.

Figura 6 – Campanha de apoio à mulher trabalhadora rural



Fonte: dados dos autores.

Ademais, o tétum, em coocorrência com a língua portuguesa na paisagem oficial, também está limitado a sinalizações e prédios mais do cotidiano do cidadão leste-timorense, como pode ser visto nos exemplos abaixo:

Figura 7 - Placa toponímica de rua.



Fonte: dados dos autores.

Figura 8 – Placa de número de casa.



Fonte: dados dos autores.

Verificamos que, quando se trata de órgãos oficiais mais burocráticos e formais, que trabalham e exercem suas funções mais distantes do povo, a paisagem dominante é em português, como em ministérios, órgãos do poder judiciário, entre outros:

Figura 9 - Órgão governamental.



Fonte: dados dos autores.

Figura 10 – Órgão governamental.



Fonte: dados dos autores.

Por um lado, percebe-se que a presença do tétum está relacionada com o teor toponímico da paisagem, ou seja, é a língua que mais naturalmente serve para atribuir nomes aos locais (lembramos os critérios estabelecidos na Resolução do Governo n.º 42/2015, de 18 de novembro, nomeadamente o primeiro), enquanto nos casos em que não há referências toponímicas, como os nomes das instituições, o português é a opção oficial. Por outro lado, é possível afirmar que a paisagem linguística em Timor-Leste tende a ser monolíngue, já que cada língua oficial no cenário de Díli cumpre uma função e possui público específico, sendo que esta hipótese nossa se estende também para as línguas de trabalho e para a paisagem não oficial, consoante os dados que serão apresentados posteriormente.

Na paisagem não oficial, que dividimos entre anúncios comerciais e mensagens populares, constatamos uma situação análoga à anterior. A língua tétum aparece com maior frequência em textos voltados para a população de baixa renda ou serviços

promocionais, como em bares, tascas (vendas), mercearias, serviços telefônicos, restaurantes populares, oficinas, entre outros. Ainda, o tétum é a língua predominante quando se trata de grafites¹⁵ e avisos/mensagens improvisados. Seguem alguns exemplos de dados por nós coletados:

Figura 11 – Propaganda de serviço telefônico local.



Fonte: dados dos autores.

¹⁵ Consoante afirmamos em nota anterior, encontramos em nossos dados alguns exemplos de grafites e mensagens populares pintadas de maneira improvisada. Devido ao número reduzido na paisagem de Motael (6 ocorrências, o que representa 3% dos dados coletados), decidimos não abordar esse tipo de texto em nossa análise, deixando para uma pesquisa futura, pois os grafites em Timor-Leste têm funções bem específicas, representando a resistência à invasão indonésia (nas décadas anteriores) e, nos dias atuais, denúncias políticas. Nas pesquisas sobre paisagem linguística, esses tipos de textos se destacam por serem reconhecidos como “paisagens de guerra” (ing. *warscape*), que também podem revelar informações históricas. Sobre o primeiro tema, ver McLaughlin (2015) e Bilkic (2018), já para o segundo, ver Pavlenko e Mullen (2015) e Brown (2018).

Figura 12 – Fachada de um restaurante.



Fonte: dados dos autores.

Figura 13 – Grafite em muro (trad. 'não se pode brincar com a vida do povo').



Fonte: dados dos autores.

Figura 14 – Aviso pintado na rua (trad. 'não pode jogar lixo aqui')



Fonte: dados dos autores.

Da mesma maneira que apresentamos para o tétum, na paisagem não oficial, a língua portuguesa aparece, em exemplares monolíngues, quando se trata de assuntos e público-alvo determinados, sendo os principais: a Igreja Católica, algumas ONG e instituições internacionais. Na paisagem não oficial, ainda é possível afirmar que, quando bilíngue, o português não divide espaço mais com o tétum, como nos textos oficiais, mas em sua maioria com o inglês, novamente com atores, funções e público bem definidos, principalmente em serviços especializados:

Figura 15 – Placa de órgão governamental.



Fonte: dados dos autores.

Figura 16 – Placa de atividade católica em Timor-Leste.



Fonte: dados dos autores.

Figura 16 – Placa de serviços especializados em *design*.

Fonte: dados dos autores.

Os aspectos positivos da política linguística verificados nos textos oficiais e não oficiais em relação ao tétum é que paulatinamente essa língua local ganhou espaço em assuntos oficiais, acadêmicos e comerciais, competindo com as línguas internacionais, como português e inglês, sem perder seu caráter de língua nacional e de identidade do povo leste-timorense, já que em muitos casos o tétum também continua a manter valores culturais, com nomes históricos, antropônimos e topônimos.

Digno de nota é que em nossa análise quantitativa, ao calcular os registros dos números, deparamo-nos com dois problemas, os quais faremos apenas alguns comentários: a proximidade entre as línguas portuguesa e tétum, e o tratamento analítico a ser dado para nomes de marcas e outros nomes internacionais. A proximidade entre as línguas e os problemas que isso pode gerar na análise da paisagem linguística não foram temas abordados nesta área de estudos, porém elaboraremos algumas observações e soluções adotados por nós neste trabalho.

A língua tétum, em sua variedade conhecida como tétum-praça ou tétum-díli, é a língua oficial de Timor-Leste e é muito influenciada pela língua portuguesa. Em contrapartida, há outras variedades do tétum, como o tétum-terik, que não sofreram

tais influências. De acordo com a pesquisa linguística, é difícil medir de maneira exata o grau de influência de uma língua sobre a outra, mas como estamos lidando com paisagem linguística, limitamo-nos ao léxico, morfologia e ortografia do tétum-praça¹⁶. Apenas para o leitor perceber a relação de proximidade entre o tétum e o português em números, segundo Williams-van Klinken (2002, p. 5), no registro midiático do tétum, mais de 50% do léxico é de origem portuguesa; já Albuquerque (2011, p. 75) contabilizou mais de 6000 empréstimos do português em tétum; e Greksakova (2018, p. 432), ao conduzir entrevistas com diferentes falantes de tétum, seguindo diferentes perfis sociolinguísticos, aponta que, as porcentagens de empréstimos na produção de cada falante, varia de 3% a 38%, a depender da idade, escolaridade, sexo, entre outros fatores. Além disso, elenca um vocabulário com mais de 2500 empréstimos lusófonos encontrados nessas entrevistas.

A solução encontrada para determinarmos se os textos eram monolíngues ou bilíngues e se o texto era em português ou tétum foi lançar o foco na ortografia padronizada da língua tétum, que acaba por propor as adaptações dos empréstimos lusófonos aos padrões tetunófonos (de acordo com a legislação já citada do tétum oficial), bem como observar a estrutura fraseológica dos compostos, pois há casos também de erros ortográficos, que comentaremos a seguir. Assim, encontramos escritos como *fatin soe lixo* 'lixeira' (local de jogar lixo) que, apesar da grafia errada do empréstimo *lixo*, a qual deveria ser grafado *lixu*, consideramos como uma placa monolíngue por claramente estar escrita somente em tétum. Foram encontrados vários compostos como esses, aos quais procedemos da mesma maneira, ou seja, considerando como monolíngue e em tétum. Seguem outros exemplos desse tipo:

¹⁶ Há um ramo de pesquisa linguística dedicado a tal tema, o que não nos caberia expor aqui. Remetemos o leitor ao estudo de Carlo (2008), que elenca tal dificuldade pelo fato da complexidade existente no processo de aquisição de língua e do bi/ multilinguismo, já que nas investigações e no uso da língua estão presente elementos fonético-fonológicos; morfossintáticos; semântico-pragmáticos; psicológicos e psicolinguísticos; políticos, ideológicos e sociolinguísticos.

civilizado hadomi ambienti ‘povo civilizado é aquele que ama o meio ambiente’ > *sivilizadu*; *aviso – obrigado wain* ‘aviso – muito obrigado’ > *avizu / obrigadu*.

Em outras palavras, caso o texto encontrado em nossos dados apresente a ortografia padronizada do tétum, mesmo em empréstimos e compostos lusófonos, consideramos como um exemplar da língua tétum. Os demais casos, quando ocorrem calques (do português para o tétum)¹⁷ ou desvios em relação às ortografias oficiais do português e do tétum, não o consideramos como tétum¹⁸.

Cabe destacar que muitos pesquisadores de paisagem linguística vêm se debruçando sobre o problema da globalização e dos nomes de marcas nas investigações realizadas, destacando-se Tuffi e Blackwood (2010), que propuseram uma solução complexa, misturando uma série de parâmetros dos estudos sociais e de *design*, observando questões de representação social, reconhecimento linguístico do nome, referência do país de origem da marca, entre outros; Ben-Rafael e Ben-Rafael (2015) que, apesar de se basearem um pouco em Tuffi e Blackwood (*op. cit.*), propuseram uma solução provisória e mais simples que consiste em contabilizá-los e tratá-los como se fossem uma língua distinta das demais.

Optamos também por um critério provisório e simples para a fase inicial de nossa pesquisa, que consiste em tentar identificar a origem linguística do nome da marca, ou nome internacional¹⁹, e, em seguida, verificar se o empréstimo está ou não adaptado ou integrado ao texto em que é usado, escrito na língua usada localmente. Caso esteja, consideramos como parte da língua em que se adaptou ou integrou, por exemplo: um anúncio de oficina com o texto inteiro em indonésio lista um dos serviços

¹⁷ Segundo Ximenes (2003, p. 58), o termo “calque” é definido como o “processo de mudança que ocorre pelo empréstimo lexical de uma língua estrangeira que se apresenta com significado e estrutura semelhantes aos elementos nativos da língua original”.

¹⁸ Esse foi o parâmetro provisório proposto por nós no estágio inicial da pesquisa para solucionar tal problema. Sabemos da necessidade de desenvolvê-lo, refiná-lo ou modificá-lo no futuro.

¹⁹ Distinguimos aqui ‘nome de marca’ dos ‘nomes internacionais’ para destacar que o segundo se trata de termos empregados internacionalmente, porém não estão relacionadas à marca ou registrados como patentes, por exemplo: *cel.*, *design*, *auto*, *salon*.

como *tune up mesin* ‘turbinar/ alterar o motor’; caso não esteja adaptado ou integrado, consideramos o anúncio como bilíngue²⁰, por exemplo: um anúncio de clínica em tétum, constando na lista de serviços: *check-up general e digital x-ray*.

Ainda sobre os nomes internacionais, encontramos um exemplar apenas que se provou notável e teve que ser classificado como “outras línguas”. Numa placa, reproduzida abaixo, registramos “Trattoria & Pizzeria Valentino”. Nessa ocorrência, não adotamos a solução de contar como um nome de marca ou algo do tipo pelo fato de seguir a ortografia original italiana (*trattoria* com o duplo *t*, pouco utilizada em português e em outras línguas, bem como *pizzeria* que é escrita no original em italiano). Além disso, também não analisamos como empréstimo ou adaptação por causa da referência à Itália no nome e na bandeira existentes na placa²¹. Assim, avaliamos esse dado específico como um texto não oficial, comercial e monolíngue (em língua italiana):

Figura 17 – Placa de restaurante em italiano.



Fonte: dados dos autores.

²⁰ Numa fase posterior de nossa investigação, refinaremos este método, baseando-nos nos avanços de Ben-Rafael e Ben-Rafael (2015) e adaptando-os aos nossos dados, bem como refletindo sobre a necessidade de propormos alguma solução nossa para a realidade leste-timorense.

²¹ Uma pesquisa em relação aos autores das paisagens linguísticas, conforme Malinowski (2009) conduziu para os anúncios em coreano na Califórnia, por meio de entrevistas com os donos dos comércios, poderia nos revelar mais a respeito de quem escreveu tal texto e elucidar esse problema. Porém, a questão da autoria das paisagens linguísticas em Timor-Leste está programada para um estágio posterior de nossa pesquisa.

Já a língua inglesa, na paisagem oficial, ela cumpre seu papel como língua de trabalho, aparecendo em situações de acordos internacionais/ multilaterais, ao lado da língua portuguesa. Em situações não oficiais, o inglês se destaca em serviços para um público específico, a saber: estrangeiros residentes em Timor-Leste ou turistas de origem não lusófona. Abaixo, estão exemplos dos dois tipos: uma placa oficial oferecida pelo governo sul-coreano ao governo leste-timorense (figura 18) e, nas não oficiais, a divulgação de serviços médicos especializados (figura 19) e de uma escola anglófona²² para filhos de estrangeiros (figura 20):

Figura 18 – Placa comemorativa bilíngue oferecida pelo governo sul-coreano.



Fonte: dados dos autores.

²² As chamadas “paisagens escolares” (ing. *schoolscapes*), desde o estudo pioneiro de Brown (2012), vêm se destacando como um ramo de pesquisa das paisagens linguísticas, podendo ser definido *grosso modo* como todo tipo de placas e escritos multimodais dentro da escola e como eles influenciam e/ou são trabalhados no processo de ensino e aprendizagem, seja de L1 ou de LE. Ademais, neste ramo pode ser investigado como o professor aborda a paisagem linguística local dentro da sala de aula. Da mesma maneira que os grafites, as paisagens escolares em Timor-Leste também se destacam. Porém, tais ocorrências foram encontradas em número reduzido, por isso, as descartamos da presente fase da pesquisa. Todavia, no futuro, estamos conscientes da importância da investigação das paisagens escolares no país, pois verificamos uma espécie de ‘choque’ entre escolas anglófonas, lusófonas e locais. Nesse contexto, vale a pena pesquisar como se organiza a paisagem e como ela é usada, ou não, pelo professor. Para um panorama das pesquisas atuais e já realizadas, ver Gorter (2018) e Laihonen e Szabó (2018), sendo que estes editaram um número especial do periódico *Linguistics and Education* sobre o tema.

Figura 19 – Clínica médica especializada.



Fonte: dados dos autores.

Figura 20 – Placa de escola infantil anglófona.



Fonte: dados dos autores.

Antes de retomarmos nossas questões de pesquisa, vale a pena fazer a distinção entre as soluções linguísticas efetuadas, espontaneamente, na prática pelos falantes e aquelas impostas pela lei, pelo poder, pelo Governo. Calvet (2002), em seus estudos, já fizera essa distinção *avant la lettre*, hoje aplicada na pesquisa de paisagem linguística,

chamando as primeiras *in vivo* e as segundas *in vitro*. Segundo Backhaus (2006), essa diferenciação proposta por Calvet (*op. cit.*) passou a ser utilizada também pelos pesquisadores de paisagem linguística, sendo modificada, posteriormente, por Ben-Rafael (2009), o qual, apesar de fazer esse uso, opta pela terminologia jurídica e da política linguística, usando os termos *de facto* e *de jure*, respectivamente.

Essa é uma distinção necessária para a compreensão da realidade leste-timorense em relação aos resultados por nós encontrados, dado que, apesar de, no plano *de jure*, os dados apontarem para uma política linguística bem-sucedida, o uso das línguas nas interações, ou seja, no cenário *de facto*, é bem diferente. Esta diferença reside no fato de que, no dia a dia, os leste-timorenses empregam muito mais o tétum, o indonésio ou suas línguas maternas do que o português ou o inglês. Um simples passeio pelas ruas da capital ser é suficiente para confirmar esta diferença. Ainda assim, para uma ideia mais concreta, ver, por exemplo, o trabalho de Soares (2019).

Das línguas reconhecidas na Constituição leste-timorense, resta falar do indonésio. Mesmo com a presença cultural forte e sendo falado por parcela significativa da população leste-timorense, o indonésio é reduzido na paisagem linguística de Motael, com poucas ocorrências: 5 em 91 textos monolíngues e 4 em 62 textos bilíngues. Observamos que o indonésio se limita a textos antigos do período da dominação, bem como comércios indonésios, que também aparentam ser lojas antigas. Isso indica que, mesmo possuindo um local privilegiado no cenário *in vivo* do multilinguismo do país, ao menos na política linguística, na situação *in vitro* (CALVET, 2002), o indonésio vê seu *status* diminuído, dando lugar às línguas oficiais. Seguem exemplos dos dois cenários encontrados:

Figura 21 – Monumento da década de 1990 em indonésio.



Fonte: dados dos autores.

Figura 22 – Placa de oficina em indonésio.



Fonte: dados dos autores.

Em concordância com os dados coletados, e com o que discorreremos até agora, é possível respondermos à segunda pergunta de pesquisa: “há predominância de alguma das línguas (oficiais ou de trabalho) na paisagem linguística de Timor-Leste?”. Observamos que a língua portuguesa predomina não apenas sobre o tétum, mas também sobre as línguas de trabalho, tanto em textos monolíngues, quanto bilíngues, sejam eles oficiais ou não oficiais.

A terceira pergunta de pesquisa também pode ser respondida: “há espaço de uso ou representação de outras línguas nacionais que não o tétum?”. De acordo com a análise quantitativa dos dados e nossa pesquisa *in loco*, não verificamos a presença de nenhuma das línguas autóctones de Timor-Leste, com exceção do tétum, incluído na categoria de LO. Porém, isto acabou por levantar uma outra pergunta de pesquisa para uma investigação futura: “será que nas paisagens linguísticas urbanas de outros distritos de Timor-Leste, as quais tenham como língua materna alguma língua local,

esta aparece representada?” Além disso, perguntamo-nos também se haverá diferença entre a paisagem linguística urbana de Díli, a capital, e a paisagem linguística urbana de distritos mais distantes, bem como entre paisagens linguísticas urbanas e rurais. Contudo, esse tema não foi o foco do presente artigo, ficando para um estágio posterior de nosso projeto de investigação da paisagem linguística de Timor-Leste.

A quarta e última pergunta de pesquisa, “há outras línguas representadas distintas das locais, das oficiais e das de trabalho?”, revelou uma informação muito interessante. Foram encontrados alguns textos bilíngues em português/ chinês e tétum/ chinês, limitadas ao turismo (hotel e restaurante). Desta maneira, vimos a presença de uma língua que não é nativa, tampouco reconhecida na constituição como LO ou língua de trabalho, que é o chinês. Isso se dá por uma série de fatores que explicam a presença e influência chinesa em Timor-Leste. Apontado por autores como Ptak (1983), Eccles (2004) e Albuquerque (2009), há o argumento histórico, baseado em documentos que relatam o contato entre chineses e timorenses desde o século XIII; há também as relações históricas do período colonial, entre Macau e Timor; e, mais recente, principalmente no século XX, as migrações chinesas para Timor, bem como o apoio que o governo chinês ofereceu a Timor durante os períodos de conflitos e crises.

No âmbito linguístico, Thomaz (2002) e Albuquerque (2012) apresentam alguns empréstimos linguísticos de origem chinesa, ou do crioulo português de Macau, no português falado em Timor-Leste. Recentemente, nos campos da economia e das relações internacionais, o governo chinês vem realizando uma série de pactos comerciais e investimentos em Timor-Leste. Em suma, há uma população chinesa em Timor-Leste cujas tradições culturais são mantidas (língua, religião, culinária, comércio etc.), e a influência do governo chinês que, por meio da presença de alguns textos oficiais (relativas aos pactos entre os dois governos) e comerciais (relativas às práticas dos imigrantes chineses residentes em Timor-Leste) acaba por constituir-se como um dos atores da paisagem linguística em Díli.

No entanto, encontramos somente textos chineses não oficiais, comerciais, conforme pode ser visto abaixo. Da mesma maneira, Soares (2019) registrou em seu estudo, sobre o ensino e a situação do multilinguismo no país, a presença de textos chineses também voltados ao comércio.

Figura 23 – Placa bilíngue de hotel.



Fonte: dados dos autores.

Figura 24 – Placa multilíngue de restaurante com a presença de chinês.

★ *Hakka Restaurant* ★

客家餐厅 Mob. 77252727

Breakfast*Lunch*Dinner/Dader/Meio Dia/Kalan

 Nasi Goreng  Mie Goreng  Sop Tulang  Sop Ikan  Lalapan  Bakso  Gule  Batar Daan  Sam Tunh  Wan Tan	Pizza Los Boot \$10 Ki'ik \$8	Asu Manas Fish & Chips	Akar Kadaka Batar Kukus Aifarina Kukus	    Orange Juice  Abakate  Expresso  Capuccino  Modo Masin Maran ho Nan Fahi
	Burger Karau/Fahi/Manu/Ikan	Ikan Bakar Babi Bakar Ayam Bakar Duck Bakar Tukir	Orange Juice Abakate Expresso Capuccino	
	Ice Cream ho Buah Manas Uvas Chocolate	Modu Masin Maran ho Nan Fahi		
	Sop Ayam Kampung			

Avenida Presidente Nicolau Lobato, mandarin Dili

Catering/Cake/Seluk tan Loke:7:30e

Fonte: dados dos autores.

O último parâmetro a ser mencionado é o tipo de fonte empregada para as diferentes línguas em textos bilíngues e trilíngues. Este parâmetro não se destacou muito em nossos dados, em razão de a maioria dos textos, sejam oficiais ou não oficiais, não privilegiarem uma língua, e utilizam a mesma fonte, cor e tamanho para todas elas. Distintos dessa situação, destaca-se apenas um ou outro caso, como pode ser visto na figura 24, na qual a fonte, tamanho e colorido é dado aos ideogramas e ao nome “Hakka Restaurant”, provavelmente pelo fato de os donos serem dessa etnia estrangeira e minoritária em Timor-Leste e quererem destacá-la no cenário local. O número reduzido de diferenciação nas fontes é interpretado por nós por meio de duas hipóteses, aparentemente opostas, as quais necessitam de verificação em uma investigação, sendo elas: uma eventual preocupação governamental e popular (seja da população local, seja da estrangeira) em evitar conflitos ao destacar uma das línguas. Com isso, a população consciente procura pensar em sua cultura e comunidade, ao voltar-se para seu público-alvo (quando comércio) e obedecer às leis (quando placas oficiais) a fim de evitar ou instigar qualquer disputa; outra interpretação se baseia na possibilidade de a escolha das fontes ser inconsciente ou dever-se somente a uma preocupação dos autores com o público e/ou com a mensagem/ produto a ser divulgado.

Aplicando aqui as questões dos atores e das práticas sociais, mencionadas anteriormente, percebemos a predominância da hipótese de Bourdieu (1989, 2007), uma vez que nos textos oficiais, nos quais a presença da língua portuguesa é justificada pelas relações de poder do grupo dominante, pela ligação da elite leste-timorense mais velha à Portugal e pelos laços internacionais entre Timor-Leste e os países lusófonos, fatores que levaram a que esta língua fosse consagrada LO na Constituição.

Já nos textos não oficiais percebemos uma divisão: em alguns casos, os atores e suas práticas seguem a hipótese de Goffman (1981), outros de Boudon (1990). A hipótese de Goffman (*op. cit.*), adaptada aos estudos de paisagem linguística,

basicamente apresenta o “Eu”, que se reflete na presença de marcadores de identidade nos anúncios comerciais e que também é encontrado em mensagens populares, comércio estrangeiros, restaurantes etc. Nesse âmbito, a hipótese de Boudon (*op. cit.*) também é válida, já que pode ser verificada da mesma maneira, e que consiste na perspectiva de boas ações e cooperação entre os atores, na preocupação dos autores dos textos com seus clientes, visando atraí-los e despertar seus interesses. Percebemos isso principalmente nos serviços especializados e/ou com públicos específicos, cujos textos são voltados unicamente para conquistar esse tipo de cliente, com as línguas inglesa e portuguesa apelando especialmente para turistas ou para algo elitista ou dispendioso; já o tétum serve apenas para a oferta de serviços e mercadorias mais populares e/ou baratas.

Finalmente, vale destacar, em consonância com o que expomos em nossa metodologia, uma comparação entre nossos resultados e aqueles alcançados por Taylor-Leech (2012) em seu estudo sobre a paisagem linguística de Díli, cuja coleta de dados data de 2011. Assim, cerca de 8 anos passados, o que sobressai é o fato de os resultados anteriores da autora serem semelhantes aos nossos, apesar da diferença temporal. Isso indica uma política linguística regular, estável e bem-sucedida no que tange à paisagem linguística e à proposta oficial de política linguística, que é a promoção do português e tétum-praça.

Contudo, nem todos os aspectos são positivos, pois os problemas encontrados antes permanecem nos dias atuais. Entre os aspectos positivos que permanecem destacamos: a presença e convivência das quatro línguas reconhecidas na constituição (português, tétum, inglês e indonésio); a existência de textos bilíngues, que promovem e ajudam na construção da nação²³, no desenvolvimento da educação, no reforço de

²³ Não entramos aqui na discussão a respeito do conceito de “nação”, apenas fornecemos breves observações sobre o que entendemos como “nação leste-timorense”, que se trata de um povo de origem mista/ mestiça (austronésia e papuásica). Vale ressaltar que o povo timorense convive há séculos com a

uma identidade nacional bilíngue, atuando como modelos de standardização linguística e de desenvolvimento do letramento (TAYLOR-LEECH, 2012, p. 31); a conquista e a manutenção do status privilegiado do tétum diante das línguas internacionais, o que é importante para a identidade nacional; a presença das línguas indonésia e chinesa em textos não oficiais continuam a representar a importância e as atividades comerciais e culturais desses povos no cenário leste-timorense.

Relativamente aos aspectos negativos que se mantêm, apontamos os seguintes: a língua inglesa, apesar de continuar a se expandir, o que poderia ser positivo diante de uma visão educativa e do bi/multilinguismo, continua limitada aos atores anglófonos (turistas, estrangeiros, elite financeira), ignorando a população local e a política linguística do país; o fato de as restantes línguas nativas continuarem ausentes da paisagem linguística da capital²⁴. Muito embora se possa explicar pela predominância natural do tétum, dado ser a língua materna da maioria da população da capital²⁵, o que não deixa de ser negativo.

Já a publicação de Macalister (2013), apesar de abordar os mesmos temas que nós (política e paisagem linguística de Timor-Leste), é voltada para um debate em torno do conflito de ideologias existente entre as paisagens linguísticas *de jure* e *de facto*, em que, percebendo a presença predominante do português e do tétum na paisagem linguística do país, o autor constata também que a prática linguística, *de facto*, difere da política linguística *de jure*.

presença de povos estrangeiros e apresenta influências culturais e linguísticas, devido a diferentes dominações, lusófonas, anglófonas e indonésia. Por essa configuração, Timor-Leste é bem distinta dos seus vizinhos do Sudeste Asiático. A política linguística que contempla português, tétum, inglês e indonésio a coloca como uma nação amistosa, aberta às diferentes relações internacionais com países vizinhos e distantes por meio de diferentes laços (econômicos, culturais, entre outros), reduzindo, e até extinguindo, qualquer tipo de conflito interno e externo que possa vir a surgir.

²⁴ Conforme já afirmamos, um estudo mais detalhado da capital, bem como em outros locais do país, que será uma parte vindoura de nossa investigação, revelará com base nos dados a presença, ou não, das línguas locais na paisagem linguística de Timor-Leste.

²⁵ Ver os últimos censos, bem como a figura 2 e o trabalho de Williams-van Klinken e Williams (2015) já citados.

6 Considerações finais

Através da análise da paisagem linguística de uma parte da cidade de Díli, a capital de Timor-Leste, apuramos que a tal paisagem reflete a política linguística oficial, nomeadamente os diferentes estatutos atribuídos às línguas.

Desde logo, predominam as LO, português e tétum, com grande destaque relativamente às línguas de trabalho, inglês e indonésio. Quanto às línguas nacionais, sua inexistência no recorte de paisagem linguística observado está em linha com sua fragilidade em termos de política linguística. Muito embora tal invisibilidade possa ser explicada pelo fato de que, no mapa linguístico leste-timorense, a área de Díli ser o contexto natural do tétum-praça. Sendo assim, de fato, muitos cidadãos, que vivem na capital, são originários de outras comunidades linguísticas nacionais, portanto não encontram correspondência na paisagem linguística

Em geral, o número de ocorrências das duas LO é equilibrado, tanto na paisagem bilíngue como na monolíngue, tendencialmente predominante. No entanto, suas funções diferem. Na paisagem oficial, pode dizer-se que o português é a língua institucional, servindo para identificar as instituições e para definir os arruamentos e logradouros, distinguindo “rua”, “avenida”, “beco”, “travessa”, “jardim”, “largo” etc., ao passo que o tétum é usado sobretudo com valor toponímico, de identificação dos locais, conforme são conhecidos pela população.

Na paisagem não oficial, o português aparece mais associado a instituições ou a serviços especializados, aqui mais acompanhado do inglês, que é a língua privilegiada para serviços dirigidos a estrangeiros residentes ou turistas. Já o tétum tem maior presença em serviços comerciais destinados a servir as necessidades cotidianas da população, enquanto o indonésio, ao contrário do que seria expectável, tem uma presença pouco expressiva na paisagem analisada.

Numa nota final, é de saudar a convivência linguística, especialmente do tétum com o português, contudo nota-se as diferenças em termos de proximidade com os

cidadãos: naturalmente, o tétum é a língua mais próxima das pessoas e das suas necessidades, ao passo que o português mantém um maior distanciamento, numa relação de maior formalidade. Metaforicamente, é como se o tétum se dirigisse aos habitantes de Díli, tratando-os por “tu” ou “você”, ao passo que no português se usasse o mais formal “senhor(a)”.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, D. Pré-história, história e contato linguístico em Timor Leste. **Domínios de Lingu@gem**, v. 6, n. 2, p. 75-93, 2009.

ALBUQUERQUE, D. **Esboço gramatical do Tetun Prasa**: língua oficial de Timor-Leste. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ALBUQUERQUE, D. Especificidades do léxico do Português de Timor-Leste. **Papia**, v. 22, n. 1, p. 201-223, 2012.

ALMEIDA, N. C. **Língua portuguesa em Timor-Leste**: ensino e cidadania. Lisboa: Lidel, 2011.

BACKHAUS, P. Multilingualism in Tokyo: A Look into the Linguistic Landscape. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 52-66, 2006. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710608668383>.

BEN-RAFAEL, E. A Sociological Approach to the Study of Linguistic Landscapes. In: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape**. Expanding the Scenery. Nova York: Routledge, 2009. p. 40-54.

BEN-RAFAEL, E.; BEN-RAFAEL, M. Linguistic landscapes in an era of multiple globalizations. **Linguistic Landscape**, v. 1, n. 1/2, p. 19-37, 2015. DOI <https://doi.org/10.1075/ll.1.1-2.02ben>.

BEN-RAFAEL, E.; SHOHAMY, E.; AMARA, M.H.; TRUMPER-HECHT, N. **Linguistic Landscape and Multiculturalism**: A Jewish-Arab Comparative Study. Tel Aviv: Tami Steinmetz Center for Peace Research, 2004.

BEN-RAFAEL, E.; SHOHAMY, E.; AMARA, M.H.; TRUMPER-HECHT, N. Linguistic Landscape as Symbolic Construction of the Public Space: The Case of Israel. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 7-30, 2006. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710608668383>.

BILKIC, M. Emplacing hate. Turbulent graffscapes and linguistic violence in post-war Bosnia-Herzegovina. **Linguistic Landscape**, v. 4, n. 1, p. 1-28, 2018. DOI <https://doi.org/10.1075/ll.17011.bil>.

BLOMMAERT, J. Language policy and national identity. In: RICENTO, T. (ed.). **An introduction to language policy: Theory and method**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 238-254.

BORN, J. Zurück in die Folklore oder vorwärts als Werbeträger? Deutsch und Italienisch im öffentlichen Leben Südbrasiens. In: DARQUENNES, J.; NELDE, P.; WEBER, P. J. (ed.). **The Future Has Already Begun** (Plurilingua, 25). St. Augustin: Asgard, 2004. p. 49-59.

BOUDON, R. **O lugar da desordem**. Lisboa: Gradiva, 1990.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Portugal: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/ Porto Alegre: Edusp/ Zouk, 2007.

BROWN, K. D. The linguistic landscape of educational spaces: Language revitalization and schools in southeastern Estonia. In: GORTER, D.; MARTEN, H. F.; VAN MENSEL, L. (ed.). **Minority languages in the linguistic landscape**. Basingstroke: Palgrave-Macmillan, 2012. p. 281-298. DOI https://doi.org/10.1057/9780230360235_16.

BROWN, K. D. Shifts and stability in schoolsapes: Diachronic considerations of southeastern Estonian schools. **Linguistics and Education**, v. 44, p. 12-19, 2018. DOI <https://doi.org/10.1016/j.linged.2017.10.007>.

CALVET, L-J. **Sociolinguística**. Uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CARLO, M. A. **Effects of bilingualism on speech recognition performance in noise**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), University of South Florida, Florida, 2008.

CENOZ, J.; GORTER, D. Linguistic Landscape and Minority Languages. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 67-80, 2006. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710608668383>.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. **Sector da Justiça – Plano Estratégico para Timor-Leste 2011-2030**. Conselho de Coordenação para a Justiça, 2010. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/files/JSSP_PORTUGUESE.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

DA SILVA, I.; PIRES SANTOS, M. E.; JUNG, N. M. Multilinguismo e política linguística: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 4, p. 1257-1277, 2016. DOI <https://doi.org/10.14393/DL27-v10n4a2016-4>.

ECCLES, L. Early Chinese accounts of Timor. **Studies in Languages and Cultures of East Timor**, v. 6, p. 178-187, 2004.

GREKSAKOVA, Z. **Tetun in Timor-Leste: The Role of Language Contact in its Development**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística do Português) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

GOFFMAN, E. **Forms of Talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GOFFMAN, E. **Comportamentos em Lugares Públicos**. Notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

GORTER, D. (ed.). Linguistic Landscape: New Approach to Multilingualism. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rmjm20/3/1?nav=toCList>. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599170-001>

GORTER, D. Linguistic landscapes in a multilingual world. **Annual Review of Applied Linguistics**, v. 33, p. 190-212, 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.1017/S0267190513000020>.

GORTER, D. Linguistic landscapes and trends in the study of schoolsapes. **Linguistics and Education**, v. 44, p. 80-85, 2018. DOI <https://doi.org/10.1016/j.linged.2017.10.001>

HULL, G. A Morphological overview of the Timoric Sprachbund. **Studies in Languages and Cultures of East Timor**, v. 4, p. 98-201, 2001a.

HULL, G. **Timór-Lorosa'e**: Identidade, lian no polítika edukasionál (Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/ Instituto Camões, 2001b.

LAIHONEN, P.; SZABÓ, T. P. Editorial. Studying the visual and material dimensions of education and learning. **Linguistics and Education**, v. 44, p. 1-3, 2018. DOI <https://doi.org/10.1016/j.linged.2017.10.003>.

LANDRY, R.; BOURHIS, R.Y. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: An empirical study. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 16, n. 1, p. 23-49, 1997. DOI <https://doi.org/10.1177/0261927X970161002>.

MACALISTER, J. Language policy, language planning and linguistic landscape in Timor-Leste. In: DASGUPTA, P.; MARK, F. (ed.). **Language Problems and Language Planning**. John Benjamins, 2013. p. 25-45. DOI <https://doi.org/10.1075/lplp.36.1.02mac>.

MALINOWSKI, D. Authorship in the Linguistic Landscape: A Multimodal-Performative View. In: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape**. Expanding the Scenery. Nova York: Routledge, 2009. p. 107-125.

MCLAUGHLIN, F. Linguistic warscapes of northern Mali. **Linguistic Landscape**, v. 1, n. 3, p. 213-242, 2015. DOI <https://doi.org/10.1075/ll.1.3.02lau>.

PAVLENKO, A.; MULLEN, A. Why diachronicity matters in the study of linguistic landscapes. **Linguistic Landscape**, v. 1, n. 1/2, p. 114-132, 2015. DOI <https://doi.org/10.1075/ll.1.1-2.07pav>.

PTAK, R. Some references to Timor in old Chinese records. **Ming Studies**, v. 17, p. 37-48, 1983. DOI <https://doi.org/10.1179/014703783788755502>

ROSENBAUM, Y.; NADEL, E.; COOPER, R. L.; FISHMAN, J. A. English on Keren Kayemet Street. In: FISHMAN, J. A.; COOPER, R. L.; CONRAD, A. W. (ed.). **The Spread of English**. Rowley: Newbury House Publishers, 1977. p. 179-196.

SEBBA, M. Discourses in transit. *In*: JAWORSKI, A.; THURLOW, C. (ed.). **Semiotic landscapes**: Language, image, space. London: Continuum, 2010. p. 59-76.

SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic landscape**: Expanding the Scenery. New York: Routledge, 2009. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203930960>.

SHOHAMY, E.; WAKSMAN, S. Linguistic landscape as an ecological arena: Modalities, meanings, negotiations, education. *In*: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape**: Expanding the Scenery. New York: Routledge, 2009. p. 313-331. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203930960>.

SOARES, L. O português no contexto multilíngue timorense – entre ficar e partir. **Linha D'Água** (Online), v. 32, n. 2, p. 87-106, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p87-106>.

SPOLSKY, B.; COOPER, R. **The Languages of Jerusalem**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

TAYLOR-LEECH, K. Language choice as an index of identity: linguistic landscape in Dili, Timor-Leste. **International Journal of Multilingualism**, v. 9, n. 1, p.15-34, 2012. DOI <http://dx.doi.org/10.1080/14790718.2011.583654>.

TAYLOR-LEECH, K. The semiotic construction of chronotopes in the Timor Sea protests. **Linguistic Landscape: An International Journal**. v. 6, n. 1, p. 29-51, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1075/ll.00016.tay>.

TEIS, D. T.; SEIDE, M. S.; LUCAS, P. Os topônimos na paisagem linguística da Av. Zelina em São Paulo: um encontro na interdisciplinaridade. **Revista do GELNE**, v. 20, n. 02, p. 16-29, 2018. DOI <https://doi.org/10.21680/1517-7874.2018v20n2ID14089>.

THOMAZ, L. F. The formation of Tetun-Praça, vehicular language of East Timor. *In*: PHILLIPS, N.; KHAIDIR, A. (ed.). **Papers on Indonesian Languages and Literatures**. Paris: Cahier d'Archipel, 1981. p. 54-83.

THOMAZ, L. F. **Babel Loro Sa'e**: O Problema Lingüístico de Timor Leste. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

TORKINGTON, K. Os impactos das mobilidades turísticas e migratórias na paisagem semiótica do Algarve. I: NOLASCO, C.; MATOS, A. R.; SOLOVOVA, O. (ed.). **Ways of seeing, ways of making seen**. Visual representations in urban landscapes. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2016. p. 26-43.

TUFFI, S.; BLACKWOOD, R. Trademarks in the LL: Methodological and theoretical challenges in qualifying brand names in the public space. **International Journal of Multilingualism**, v. 7, n. 3, p. 197-210, 2010. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710903568417>.

VASCONCELOS, P. C. B. (coord.) **Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste**. Braga: Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar, 2011. Disponível em: <https://www.tribunais.tl/sites/default/files/CRDTL-Anotada PORTAL1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

VECCHIA, A. D.; JUNG, N. M. Paisagem linguística em um contexto suábio-brasileiro: mobilidade e representação de uma comunidade “germânica”. **Revista da Anpoll**, v. 40, p. 115-128, 2016. DOI <https://doi.org/10.18309/anp.v1i40.1021>.

WILLIAMS-VAN KLINKEN, C. High Registers of Tetun Dili: Portuguese Press and Purist Priests. In: ALLEN, C. (ed.). **Proceedings of the 2001 Conference of the Australian Linguistic Society**, 2002. Disponível em: <http://www.als.asn.au/proceedings/als2001/williams-vanklinken.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

WILLIAMS-VAN KLINKEN, C.; WILLIAMS, R. **Mapping the mother tongue in Timor-Leste: Who spoke what where in 2010?** Dili Institute of Technology, 2015. Disponível em: <http://www.tetundit.tl/Publications/Timor-Leste%20languages%202010.pdf>. Acesso em 25 nov. 2019.

XIMENES, E. Alguns termos da Lingüística Histórica. **Revista Philologus**, v. 9, n. 25, p. 45-60, 2003.

Legislação

Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 2002. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/ConstituicaoRDTL_Portugues.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Decreto do Governo n.º 1/2004, de 14 de abril. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/decreto_governo/1_2004.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Decreto-Lei n.º 32/2008, de 27 de agosto. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2008/serie_1/serie1_no36.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Decreto-Lei n.º 11/2017, de 29 de março. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2017/serie_1/SERIE_I_NO_12.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Lei n.º 1/2002, de 7 de agosto. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/1_2002.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Resolução do Governo n.º 42/2015, de 18 de novembro. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2015/serie_1/SERIE_I_NO_44.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, de 3 de novembro. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2010/serie_1/serie1_no42.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011, de 7 de setembro. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no33.pdf. Acesso em : 24 nov. 2019.

Artigo recebido em: 27.11.2019

Artigo aprovado em: 14.06.2020